



Direitos humanos para todos e todas

Entrevista: Rodrigo
Mondego e a luta por
justiça no Rio de Janeiro

Formação de redes
é estratégia para se
defender da violência

AGENDA DE LUTAS DEZEMBRO DE 2021

Direitos Humanos para todos e todas



FOTO: ROBERTO PARIZOTTI

O ano de 2021 chega ao fim, mas as dificuldades advindas das questões econômicas, sociais e políticas que vivemos nele estão longe de ser superadas. Muito pelo contrário. Neste ano, sob um governo federal com absoluto descaso com a população de seu país, vimos o país chegar à trágica marca de

mais 620 mil brasileiros e brasileiras vítimas da Covid-19, muitos que poderiam ainda estar conosco, se não fosse o negacionismo do presidente e sua trupe. Também vimos o avançar da fome tornar-se realidade para parte significativa das famílias brasileiras. Colocar comida no prato ficou cada dia mais caro.

Assim como pagar pelo básico: gás, luz, moradia, combustível. Os baixos salários, a informalidade e o desemprego tomaram conta da vida dos moradores e moradoras das periferias brasileiras. E, somado a tudo isso, grande parte dessas pessoas ainda precisa sobreviver sob as condicionantes do racismo, do

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ISAÍAS DALLE ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍMAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

machismo e do preconceito de classe. São sobretudo a essas pessoas que os direitos humanos são cotidianamente negados. Por isso, na ocasião da data de 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, trazemos esse tema para reflexão e debate nesta edição da Revista Reconexão Periferias.

Nos somamos àqueles e àquelas que têm a convicção de que direitos humanos devem ser garantidos para todos e todas, e que é responsabilidade do Estado, nas suas diferentes esferas de poder, construir políticas públicas que assegurem esses direitos. Entendemos que defender os direitos humanos é defender a vida.

Compartilhando dessa compreensão, temos o artigo da Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio, que apresenta este movimento, seus pilares básicos (o anticapitalismo, antiproibicionismo e antipunitivismo), e debate a necessidade da construção de ferramen-

tas de apoio e proteção em relação às políticas públicas e estratégias locais de resistências para a garantia dos direitos humanos nas periferias.

Na entrevista do mês, conversamos com Rodrigo Mondego, advogado, que atua como procurador da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ. Mondego tem foco nas ações de denúncia de violações de direitos humanos em casos de abusos policiais e guerra de facções. Na entrevista, ele afirma que apesar de difícil, o problema da segurança pública no país tem solução, e passa por construir políticas sociais de geração de renda, emprego e direitos.

O coletivo mapeado desta edição é o Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular, sediado em Rio Branco (AC). O coletivo nos conta sobre sua história desde a formação e também sobre os desafios atualmente encontrados para sua atuação, em parceria com o Programa

Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, para promover o abrigo dessas pessoas, além de oferecer assistência jurídica a elas.

Na seção “Quando novos atores entram em cena”, batemos um papo com Paolla Miguel, vereadora em Campinas (SP) pelo PT, jovem, negra, que tem em seu primeiro mandato legislativo o foco de atuação no combate ao racismo, ao machismo e na construção de políticas públicas transformadoras da realidade das periferias da cidade.

Esperamos que mesmo com todas as adversidades às quais precisamos sobreviver neste ano, possamos seguir lutando juntos e juntas, resistindo e construindo saídas coletivas, de muita esperança, dignidade e com direitos humanos para todos e todas no próximo ano!

Boa leitura! Que venha 2022! ■

Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio: rompendo o ciclo da violência

MARISA FEFFERMANN

MARISA FEFFERMANN É PSICÓLOGA, DOUTORA EM INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DO CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CLACSO). PESQUISADORA DO INSTITUTO DE SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO E DA FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FLACSO).



FOTO: SÉRGIO SILVA/FPA

A Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio é um movimento em rede, que visa contribuir para a construção de uma política de segurança pública popular pensada a partir dos territórios e da população marginalizada, capaz de assegurar sua proteção e garantir a efetivação de seus direitos humanos, a partir do fortalecimento do poder popular. Articular diferentes iniciativas de organização local nos

Atuando desde 2017, buscando formas organizadas e sistemáticas de proteção e resistência às violências de direitos praticadas pelo Estado brasileiro, que representam uma violência institucional. Hoje atuamos, com 45 articuladores, nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste da cidade de São Paulo, em Osasco, Guarulhos, Santo André, São Caetano, São Bernardo, Mauá, Ribeirão Pires, São José dos Campos e Limeira.

territórios de alta vulnerabilidade, fortalecendo formas de proteção e enfrentamento às violações de direitos pratica-

das pelo Estado brasileiro, que resultam na criminalização, encarceramento massivo, tortura e morte da população pobre do

país, sobretudo da juventude negra, principal alvo do genocídio de Estado. Buscando assim a proteção e enfrentamento das violências sofridas por jovens na cidade de São Paulo, principalmente jovens pobres, em sua maioria negros, que vivem em territórios empobrecidos e periféricos. Ou, dito de outro modo, é uma frente de combate à violência de Estado, unificada e enredada a partir dos territórios. É um movimento social composto pela articulação de membros de diversas outras organizações sociais e movimentos, portanto, não é uma ONG e nem qualquer outro tipo de organização de direitos humanos que lucra com a gestão espetacular da violência e da barbárie, mas uma articulação de organizações populares que lutam contra o genocídio praticado pelo Estado hoje no Brasil.

Nossos pilares básicos são o anticapitalismo, antiproibicionismo e antipunitivismo (estando inclusos nesses termos o antirracismo, o antima-

chismo e a anti-homofobia). O trabalho da Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio propõe a ressignificação da cidadania por meio de formação em direitos humanos, para que possam ser identificadas ferramentas de apoio e proteção em relação às políticas públicas; reconhecer estratégias locais de resistências, e reatar laços de confiança, com a recuperação da autoestima e a reversão do medo e da insegurança.

As referências de concepções da proposta consideram quatro conceitos: juvenicídio, genocídio, trabalho em rede e territorialidade.

Parte-se do conceito de “juvenicídio” para expressar conceitual e politicamente o aumento vertiginoso das ações do Estado Penal em detrimento do Estado de Direito, caracterizado pelo encarceramento em massa e pelos homicídios. O conceito de juvenicídio amplia a ideia da morte real, ou do simples registro da morte de jovens, para um complexo processo

de criminalização dos jovens, construído a partir do campo político e das indústrias culturais que estereotipam e estigmatizam as condutas e estilos juvenis, criando predisposições que desqualificam esse mundo e o identificam como violento, perigoso e criminoso. A criminalização dos jovens reforça o preconceito, o estereótipo e o estigma inscritos em processos estruturantes de racialização que constituem condições de possibilidade nas relações de produção e de reprodução das desigualdades sociais. No Brasil, o tema do juvenicídio está intimamente relacionado com o que podemos denominar como genocídio da juventude negra – considerando que este é o grupo étnico/racial que vem sendo historicamente exterminado e encarcerado. São os jovens negros e pobres que vivem nas periferias, em especial, aqueles que são responsabilizados por uma crescente economia de drogas ilícitas. A “guerra social” vivida hoje no Brasil contradiz o mito fundador do Brasil, o da não-violência,

de um país ordeiro e pacífico. O fenômeno do genocídio da juventude tem como fonte um conjunto de fatores que vão desde a explícita segregação social até o racismo velado. São condições que inferiorizam o negro, submetendo-o às piores condições, como as empregatícias e de piores salários. O principal propulsor da construção desses estigmas, produzidos e reforçados pelos meios de comunicação, está alicerçado no processo histórico das discriminações raciais constituídas no país desde a escravidão. Os indícios desses estigmas se expressam no número de mortes de jovens negros, na violência legitimada exercida pelo Estado, nas chacinas e no encarceramento em massa, que tira de circulação inúmeros jovens, preferencialmente negros.

Esse extermínio em massa, que ocorre em momento de “não-guerra”, em que as práticas genocidas são respaldadas pelo racismo institucional, tanto em sua forma brutal materializada, como por

sofisticados mecanismos de omissão. A invisibilidade da realidade dos negros, e, em especial, dos jovens negros – considerando a forma que são executados legal e ilegalmente pelos agentes do Estado –, a banalização e neutralização dessas violências e a perpetuação do mito da democracia racial produzem um efeito nefasto que impede, muitas vezes, as vítimas de se instrumentalizar contra as violências a que são submetidas, ao mesmo tempo em que as fazem incorporar e reproduzir como verdades os estigmas a que são submetidas. Por fim, ressaltar que contradizendo a ideia do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda (1936), historicamente o povo brasileiro resistiu às inúmeras violências impostas pelo Estado. Apesar da disseminação do mito da “democracia racial”, vários movimentos sociais surgiram se rebelando contra essa opressão social e de Estado. Historicamente, podemos citar a luta dos quilombos, destacando o Quilombo

dos Palmares, em Alagoas (1680-1695); a Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia (1835); a Cabanagem (1835-1840); a Revolta Popular, ocorrida no Pará (1.835–1.840); a Balaiada; a Revolta Popular, ocorrida no Maranhão (1838–1841); a Revolta da Chibata (1910); a criação da Frente Negra Brasileira (1931); a criação do Teatro Experimental do Negro (1944); a fundação do Movimento Negro Unificado (1978); e, mais recentemente, a Lei Caó, que classifica o racismo como crime inafiançável (1985).

Entendemos por genocídio praticas estatais que resultam na morte massiva e precoce de uma determinada parcela populacional. As violações de direitos que possibilitam o massacre indígena no Brasil (e em toda América) também encontra como alvo a população negra, que ocupa os piores índices sociais do país. Esta é a parcela populacional mais vitimada fatalmente pela vio-

lência urbana gerada pela falta de acesso a moradia, trabalho, educação, saúde e lazer de qualidade.

Essas violações de direitos pautadas pelo racismo estrutural e institucional da sociedade brasileira se expressam em altos índices de violência, que geram homicídios e em uma política de encarceramento em massa.

A luta contra o racismo / genocídio é um dos pilares centrais da atuação da Rede. O trabalho da Rede se inscreve na tradição de resistência territorial praticada nessas terras desde o início da colonização, há mais de 500 anos, primeiro pelos povos indígenas originários e posteriormente pelos africanos escravizados. Assim como os quilombos no passado objetivavam promover a liberdade, a autonomia e a proteção do direito à vida dos africanos e indígenas rebeldes e fugidos, as lutas nas quais nos envolvemos hoje nas periferias, contra a violência do Estado, segue sendo a continuidade da resistência a essa

mesma opressão racista, violenta e de Estado, que foi fundada no sistema escravocrata colonial. Entendemos que a luta contra o racismo é uma luta universal e incentivamos todos os tipos de pessoas a se somarem com a gente nessa luta, sem qualquer critério de discriminação de raça, mas sempre respeitando a prioridade de fortalecer a autonomia dos diretamente atingidos nos territórios em relação à tomada de decisões sobre a resistência que eles mesmos protagonizam, e zelando para proteger esse protagonismo do oportunismo sempre à espreita para lucrar com o espetáculo midiático da vulnerabilidade e da desgraça, pois acreditamos que apenas com o enredamento e a construção da solidariedade iremos construir o poder popular.

Enredando: o trabalho em rede

Entende-se rede social como um conjunto heterogêneo de iniciativas e recursos institucionais e da sociedade dispostos para atender necessidades e interesses de um



FOTO: ROBERTO PARIZOTTI

grupo ou da sociedade como um todo. Uma articulação ampla entre diferentes atores buscando fortalecimento mútuo, promovendo as variadas forças sociais de forma descentralizada, visando fins comuns. De modo a configurar-se um espaço de autodeterminação, que não escapa aos conflitos inerentes ao Estado e à sociedade de classes. Mas que também é meio de fortalecimento para o enfrentamento das violações que promovem a violência e o genocídio. Para os fins de análise das redes utilizadas por jovens, procura-se identificar estratégias dispostas por esse grupo para superar a ausência ou a deficiência do Estado no atendimen-

to às suas necessidades de desenvolvimento humano. No caso, rede social se entende como uma estrutura participativa, aberta e com autonomia entre os indivíduos ou organizações, que são agregados por laços formados em torno de valores e objetivos compartilhados, sem que as partes percam sua identidade. Na dimensão social consideram-se as normas, costumes e valores tradicionais, heranças culturais, relações sociais relativas ao ambiente. A dimensão política necessita da participação e a aplicação dos direitos humanos. A dimensão econômica requer emprego, ocupação produtiva. As redes são espaços de harmonia, mas espaços nos quais se admite o conflito e nos quais deve existir constante negociação e autodeterminação. Para Baumann, (2003) apud Costa, (2005) a rede se relaciona à proteção e à união das pessoas tornando-as fortes. Também a ideia de teia se relaciona à proteção ajudando-as a enfrentar iniquidades e fragilidades específicas que as tornam vulneráveis

a determinados agravos.

O nosso ponto de partida, a territorialidade, o trabalho em rede busca a especificidade de cada região, se articulando e fortalecendo as diferentes iniciativas de organização local nos bairros, a fim de promover ações de proteção e enfrentamento adequadas às necessidades singulares de cada território. Tendo como uma prioridade a nossa concepção, a organização nas periferias, que concentram a população jovem, pobre e preta, principal alvo do genocídio de Estado.

Os objetivos da Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio são: proteger vítimas e testemunhas, enfrentar o abuso policial, buscar articulação territorial das redes formais e informais na perspectiva da efetivação de políticas públicas, garantir a efetivação dos direitos básicos e acesso à justiça nos territórios, fortalecer as estratégias locais e promover formação na perspectiva de defesa e promoção dos direitos humanos.

Para isso, contamos com apoiadores do campo jurídico e psicológico.

Apostamos em uma política de segurança pública popular, em que o(a)s agentes sejam o(a)s moradore(a)s dos territórios e, por isso, a necessidade de formação dos seus direitos para que, cientes e organizados, possam, desde o território, e enredados com outros atores, ressignificar os estigmas neles depositados e resistir à violência que sofrem cotidianamente. A política de segurança pública popular implica em transformar a lógica punitivista em mediações de conflitos, considerando que estes sempre existirão em uma sociedade tão complexa. O conhecimento e a organização comunitária devem pautar uma política que garanta a vida e não uma política que reforce e reproduza a necropolítica, que determina quem deve ser morto. A partir daí, pode-se pensar em romper o círculo vicioso de uma sociedade tão desigual e violenta. ■

Segurança pública e defesa dos direitos humanos têm jeito

ISAÍAS DALLE

Rodrigo Mondego é um jovem advogado que atua como procurador da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil-Rio de Janeiro. Fora, portanto, da estrutura do Estado, junto com uma pequena mas aguerrida equipe, na maior parte formada por voluntários, Mondego se esforça para acompanhar denúncias de violação de direitos humanos em casos de abuso policial e guerra de facções, numa cidade que é pródiga nessas ocorrências.



FOTO: CAMILA BORGES

Contrariando o senso comum, ele enxerga direitos humanos como uma questão que interessa profundamente também aos policiais, muitos deles vítimas do mesmo sistema de violência de Estado

que pune trabalhadores e trabalhadoras, especialmente os que moram em favelas e periferias. Mondego dedicou sua dissertação de mestrado, realizado na Flacso (Faculdade Latino-Ameri-

cana de Ciências Sociais), em módulo criado pela Fundação Perseu Abramo, a um amigo policial militar morto em serviço.

Ele acredita que o problema da segurança pública no Brasil, aparentemente

insolúvel, tem jeito. E com respeito aos direitos humanos. Dotar a Defensoria Pública de orçamento compatível com o hoje bilionário Ministério Público é uma das medidas que ele defende. Fomentar a organização de movimentos sociais nas favelas e periferias, como instrumentos de defesa das populações nos territórios, outra. “Na maioria dos casos de violação dos direitos humanos que vêm a público, quem nos procura e denuncia são os movimentos sociais”, diz.

E, acima de tudo, o Brasil precisa investir em políticas sociais de geração de renda, emprego e direitos. Na opinião dele, não há solução sem isso. Em 2014, as mortes por violência policial no Rio de Janeiro somaram 380. Em 2019, 1.822 pessoas morreram pela mesma causa. “380 já é um número alto, mas havia uma tendência de queda. Se matar suspeitos fosse garantia de segurança, seríamos mais seguros que a Suíça”, comenta.

Acompanhe:

Pelo noticiário, a maioria das intervenções da Comissão parece se dar em casos de abuso policial e mortes ocorridas nessa guerra urbana sem fim, tendo como pano de fundo a guerra às drogas. Para quem está longe, acompanhando apenas pela mídia, tudo é muito nebuloso, depois do escândalo as notícias desaparecem e raramente vemos o desenrolar das investigações. Conte um pouco dessa experiência.

Pela Comissão de Direitos Humanos da OAB aqui do Rio de Janeiro, a gente assiste diversas famílias vítimas de violência do Estado, mas também existem famílias vítimas de violência urbana de maneira geral que nos pedem auxílio, vítimas de crimes de ódio que também nos pedem auxílio. Só que a violência de Estado é tão grande, é tão notória no Estado do Rio de Janeiro que acaba se sobressaindo frente a outros tipos de violência que existem aqui e para quais a gente também trabalha, também presta assistência. Inclusive prestamos assistência também a familiares de policiais

vitimados, e policiais vitimados em relação à violência que eles sofrem da parte do Estado, ao não garantir estrutura mínima de trabalho, ao não garantir direitos mínimos que qualquer trabalhador tem, e que pela estrutura militarizada da polícia militar, esses policiais não têm. Então a gente tem uma gama muito grande de atuação, mas infelizmente, por conta de toda a estrutura do Estado voltada para a violação de um determinado segmento da população, que é o segmento da juventude preta periférica, principalmente, e moradores de território de favela, acaba se sobressaindo a todos os outros casos.

No caso mais recente, em São Gonçalo, os limites ficaram bastante difusos. Até onde é atuação da polícia, até onde é atuação das milícias? Você mesmo chamou a atenção para o fato de policiais militares terem ocupado um clube, antes da chacina, e que nesse clube restaram pichações nas paredes com os nomes de milícias. Essa atuação já está ocorrendo unificadamente?

O crescimento das milícias é diretamente associado à violência de Estado, principalmente as mortes perpetradas por agentes do Estado em serviço. O ano 2019 foi o recorde histórico de morte por intervenção policial aqui no Estado do Rio: foram 1.822 pessoas mortas pelos chamados autos de resistência, e aí a gente não inclui, por exemplo, a menina Ágatha, morta com a mãe no Complexo do Alemão, ela não entra nesses índices, mas foi uma morte por agentes do Estado. A gente vê nitidamente uma associação da violência policial, com a corrupção policial e também com a ascensão das milícias em mais e mais territórios aqui na cidade do Rio de Janeiro. Eu falei de 1.822 pessoas mortas por intervenção policial, e nenhuma delas em território de milícias. Todas em territórios conflagrados pelo tráfico de drogas ou territórios ditos neutros. Mas em nenhum território de milícia houve o chamado auto de resistência, em 2019. No ano passado já existiram alguns casos, a milícia

começou a ter conflito interno aqui no Rio, ela nunca foi uma mesma coisa, mas sempre houve uma milícia hegemônica, e do ano passado pra cá a milícia passou a ter conflitos internos e por conta disso, talvez, começaram a existir alguns poucos casos, minoria, de mortes provocadas por agentes do Estado em territórios da milícia. Eu estava conversando com integrantes da Defensoria Pública, numa atividade no Salgueiro, e a sensação que temos é que a gente está numa praia com uma ressaca do mar, e vem um caixote e depois a gente começa a respirar, e junto vem um outro caixote. Não dá tempo de respirar. Toda vez que a gente começa a apurar um caso, antes de conseguir dar encaminhamento, vem um outro. A Ágatha foi morta há mais de 700 dias, a Emily e Rebecca foram mortas na porta de casa na cidade de Duque de Caxias vai fazer um ano, e a morte da Katlhen Romeu vai fazer seis meses. E até agora, em nenhum desses casos, os responsáveis pela morte dessas mulheres negras

foram responsabilizados. Então é difícil atuar, tem que ter muita energia, é impossível ter sangue frio, é impossível se acostumar com essa situação.

Vocês conseguem ter uma ideia ou estimativa de quantos casos desses, após intervenção de entidades como a OAB e a Defensoria Pública, resultam em esclarecimento e posterior reparação às famílias?

Existem algumas organizações que atuam nessa área. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, a Comissão de Direitos Humanos da OAB, o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, e outras instituições aqui no Rio que fazem pontualmente alguma atuação nesse sentido, Anistia Internacional e Justiça Global. Na comissão da OAB o índice é muito baixo de resolução dos casos, beira os 15%, menos de 20%. É muito baixo, mas é 20% maior do que o corriqueiro. Até porque grande parte dos casos que acontecem não chegam até a gente. Em uma palestra que eu



RODRIGO RECEBEU PRÊMIO EM 2013, NO GOVERNO DILMA. FOTO: ROBERTO STUCKERT

dei em uma escola em Nova Iguaçu alguém me fez uma pergunta que eu nunca tinha parado pra analisar: a comissão pode ajudar de alguma forma as pessoas acessarem vocês, por exemplo, uma família pobre da Baixada Fluminense, até chegar ao Centro do Rio, onde fica a sede da OAB? Essas pessoas muitas vezes não têm condição de acessar a gente, pelas redes sociais ou pelo telefone. A maioria dos casos que nos chegam normalmente é via movimento social. O caso da Ágatha, por exemplo, foi um movimento social do Complexo do Alemão que chegou até a gente. No caso do Salgueiro foi

a associação de moradores que nos acionou, no caso do Jacarezinho, foi a associação de moradores que pediu a nossa ajuda. Existe organização ali, só que a maioria esmagadora das comunidades do Rio de Janeiro não tem um movimento social organizado e é lotada de pessoas miseráveis, hipossuficientes, que não têm condições nem de acessar a gente. Lá na Comissão de Direitos Humanos da OAB, tirando eu e a outra procuradora, que somos remunerados para atuar, os demais, inclusive o presidente e o secretário geral e todos os outros membros, são voluntários. Então a gente tem

dois advogados, mais o pessoal que trabalha lá na secretaria da comissão. Na comissão da Defensoria Pública, são seis defensores no Núcleo de Direitos Humanos, mais estagiários. Na comissão da Assembleia Legislativa, se não me engano, são dez ou quinze funcionários. Isso para lidar com uma quantidade absurda de violações de direitos humanos. Se pegarmos esses dados de 2019, dessas 1.822 mortes, pouco menos de 40, 50, chegaram até nós.

Surpreende essa informação de que a imensa maioria das favelas do Rio de Janeiro não tem movimento social

organizado. E me parece que o combate depende muito, justamente, do trabalho dos movimentos sociais em fazer vigilância e denúncia. Como as comunidades podem agir para mudar isso? Sei que não é como receita de bolo, mas deve haver alguns passos básicos para iniciar a organização de um movimento social. Quais, na sua opinião?

Um exemplo de como é muito baixa a quantidade de movimentos sociais na maioria das favelas do Rio é o próprio complexo de Salgueiro, o maior complexo de favelas da cidade de São Gonçalo e um dos maiores do Rio de Janeiro, que só foi ter uma associação de moradores organizada e ativa este ano. Já tinha começado a se organizar, mas foi na morte do menino João Vitor, um outro rapaz que era testemunha de Jeová e foi morto quando foi participar de uma pescaria, que a associação de moradores começou a se articular de fato, quando ingressou inclusive na Federação de Associações de Moradores de Favelas aqui do Rio, com a qual a gente tem uma parceria

muito grande. Lá não tinha até o ano passado uma associação de moradores organizada e ativa. Para você ver como é grave essa situação de não ter um movimento social organizado. E principalmente na Baixada Fluminense e em São Gonçalo e Zona Oeste do Rio existe uma dificuldade maior de construção desse movimento social. E é o movimento social que organiza e possibilita encaminhar denúncias.

Quais são as principais dificuldades para organizar esse movimento social, do seu ponto de vista? É o temor da violência ou a inatividade das instituições políticas mais antigas?

Eu acho que é um conjunto. Existem alguns casos em que o tráfico tenta tomar e atuar nesses espaços. Há denúncias de favelas onde existe associação de moradores, mas o tráfico comanda essa associação para poder receber cesta básica, por exemplo, e fazer a política interna deles, inclusive a venda das cestas básicas. Existe o temor da milícia, que tem veto total a qual-

quer tipo de organização de um movimento social nos territórios, até porque isso traria a possibilidade de questionamento com relação à compra de votos, que as milícias fazem muito bem, administram muito bem o curral eleitoral. Mas há também a inatividade dos partidos de esquerda de maneira geral, que há muito tempo deixaram essa base favelada, tentando organizar um tipo de movimento que não existe há muito tempo, ou tentando fazer uma maneira de atuação que não consegue cativar ninguém. Uma forma arcaica com que tentam se manter, os partidos de esquerda principalmente, e não conseguem inserção nesses territórios.

O que você sugeriria a uma comunidade, ou a pessoas que estão querendo iniciar uma organização social dos territórios, sobre o que poderiam fazer? E como isso pode e deve estar associado a uma nova política que, oxalá, teremos a partir do fim do atual domínio institucional no Palácio do Planalto?

A primeira providência

é organizar um movimento social naquele determinado território, tomando os cuidados devidos, sentindo o que é possível fazer de acordo com o poder paralelo, que muitas vezes não é paralelo, é transversal, atravessa o nosso Estado e o poder convencional. Mas principalmente construir a relação de rede, porque os partidos de esquerda e as organizações antigas pecam muito na burocracia. Não adianta nada eu montar uma associação de moradores na favela se eu não tenho relação de rede nenhuma. Então, a Federação de Favelas aqui no Rio é um caminho, por exemplo, para você atuar em rede junto com outras comunidades, até para poder ter algum grau de repercussão caso aconteça alguma situação. Nessa rede, poder acessar os parceiros, com outras comunidades, outras associações. Aqui no Rio tem a Federação de Favelas.

Assim as denúncias podem chegar à OAB, à imprensa, ao conhecimento da população.

Isso. Quem age na violação de direitos humanos, age no subterrâneo. E hoje o que eles têm mais medo é a luz. As pessoas às vezes têm medo da repercussão, da mídia. Mas a repercussão é boa, porque ao colocar luz em determinada situação de violação de direitos, luz sobre essa situação de opressão, é que a rede amedronta o opressor, para que esse agente político, esse militante, possa atuar de maneira um pouco mais tranquila.

Eu imagino que seria ótimo se a Defensoria Pública estivesse bem estruturada e funcionando, em qualquer estado da federação. Esse serviço é um direito da população.

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro, com a qual tenho mais relação, é composta por excelentes profissionais. É presidida pelo defensor-geral Rodrigo Pacheco, que é extremamente sensível à situação de violação de direitos que existe aqui no estado. Mas ela tem uma estrutura pequena. Nós temos um Ministério Público bilionário, com

atuação bilionária, para poder fiscalizar, mas que acaba atuando de maneira geral para prender, denunciar, e contamos com uma Defensoria Pública que assume mais de 80% dos casos criminais que acontecem aqui, e temos um defensor por vara criminal. Sendo que existem defensores que ficam acumulando serviço de mais de uma vara. É muito deficitário, não tem como dar conta. É a mesma coisa no caso da polícia. Aqui no Rio, a delegacia de homicídios da capital, que atua na capital, em delegacias da Baixada, de Niterói, São Gonçalo e Maricá, tem uma equipe de oito pessoas, mas que na prática são cinco, que tem que acompanhar 500 e tantos homicídios. Isso é um trabalho inumano. É difícil qualquer agente público atuar, tem que ser um super-homem para poder chegar mais de dois homicídios por dia e conseguir investigar e concluir esses inquéritos. Assim que funciona a Defensoria Pública também.

Você sabe que a maior

parte da opinião pública reclama mais estrutura para a polícia, para o Judiciário, mas quase sempre na linha da punição, do castigo. Como fazer para que a opinião pública comece a perceber a necessidade de se pensar em defesa dos Direitos Humanos como algo que vai beneficiar a sociedade como um todo?

Não sei se existe uma resposta, e é muito difícil porque a gente tem as vezes pequenos grupos trabalhando diariamente para construir isso, enquanto tem uma mídia conservadora atuando diariamente para poder desconstruir. Em todos os estados do Brasil tem essa figura que ataca os direitos humanos diariamente na mídia. Isso é um trabalho de formiguinha. Temos de fazer perguntas nítidas. Por exemplo: pode perguntar a qualquer pessoa do Estado do Rio se ela se sente mais segura hoje do que no início do ano. Absolutamente ninguém vai falar que se sente mais seguro hoje. Mas há recordes de morte por intervenção policial. Então, matar bandido

não garante segurança pública? Se garantisse, a gente estaria mais seguro que a Suíça, porque somos o Estado que mais mata no mundo. E existe a lógica do Estado, voltada para a punição e não para a garantia de direitos, dentre eles a segurança pública. Oxalá a gente consiga a partir de 2023 uma outra guinada, para um Estado garantidor e não violador de direito.

Você acha que tem jeito? Quais você considera as medidas imprescindíveis para ser tomadas já no primeiro momento para essa questão da segurança pública?

Tem jeito. Violência

de Estado, violência de maneira geral, tem jeito. É só ver os índices. No ano de 2007, a gente teve um primeiro recorde histórico. Foram cerca de 1.700 pessoas mortas por violência policial aqui no Estado do Rio de Janeiro. Em 2014, que foi o último ano que a Dilma conseguiu governar de fato, com as políticas públicas que foram fomentadas, como criação de emprego e tudo o mais, esses números chegaram a 380 pessoas mortas por agentes de Estado. E aí a gente tem, no primeiro ano do governo Bolsonaro, a morte de 1.822 pessoas. 380 já é um número muito alto, mas havia



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

uma tendência de baixa. Essa é uma possibilidade em termos de violência de Estado, com políticas de geração de renda, de pleno emprego. A política social possibilita um aumento da segurança, da garantia do direito à segurança pública. Então tem jeito. A gente pecou em muitos, em vários aspectos, os governos Lula e Dilma pecaram em alguns quesitos, com relação à lei de drogas, que aumentou bastante a população carcerária aqui do Brasil, e consequentemente, quando você aumenta a população carcerária, há também aumento do número de crimes. Está provado que uma grande parcela das pessoas que entram no sistema prisional acaba saindo cometendo crimes mais violentos, mais letais. Mas, tivemos acertos também, como o Pronasci (1), que até ser descontinuado foi um grande avanço. Poderia ter sido melhor? Poderia. O projeto das UPPs foi muito ruim. Mas só por ter uma pincelada do que deveria ter sido o Pronasci, já diminuiu absurdamente

o número de mortes por intervenção policial, por exemplo. Mas é possível, eu acredito que a gente pode avançar no Estado garantidor de direitos. Diversos países provaram isso, e eu acho que a gente pode provar também. Tomara que da próxima vez, de maneira mais continuada e mais qualificada.

Creio que uma das medidas que você defende é o fortalecimento da Defensoria Pública e de organismos de defesa dos direitos humanos, como os das casas legislativas. Acho que esse é um investimento que deve ser prioritário, não?

Tem que ser prioritário e a Defensoria Pública deve ter um orçamento próprio. Acho que tem que se equiparar ao que o Ministério Público tem. Acho que é possível no próximo período. Outra medida que eu acho fundamental é a criação de um instituto nacional de direitos humanos, de caráter de Estado, e não de governo. Independentemente do governo, a política pública estará lá. No Chile existe algo parecido, embora o pre-

sidente Piñera tenha feito o possível para destruí-lo. Esse instituto continua lutando pelos direitos humanos no Chile. É nesse sentido que o próximo governo progressista possa ter, inclusive para atuar de maneira mais autônoma. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, durante os governos Lula e Dilma, tinha certa autonomia. Não tinha uma estrutura tão grande quanto deveria ter, mas por ser órgão de governo, tinha dificuldade de uma atuação mais incisiva em relação a posicionamentos do próprio governo. Um instituto desse não teria. Acho que é fundamental a construção de um órgão como esse, como existe em outros países. No Chile, durante as manifestações populares do ano passado, esse instituto atuou firmemente para defender manifestantes, enquanto a intenção do governo era simplesmente calar as manifestações. Um instituto como esse, um organismo interno como esse, seria fundamental para o próximo período. ■

Centro promove educação popular para defesa dos direitos humanos

ROSE SILVA



FOTO: DIVULGAÇÃO

O Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular, sediado em Rio Branco (AC), nasceu com a missão de contribuir na defesa e promoção dos direitos humanos individuais e coletivos, nas esferas econômicas, sociais, culturais, ambientais e política para que o respeito às pluralidades de classe, gênero e etnia promovam uma sociedade justa, equânime e democrática.

O coletivo atua com base no trabalho voluntário, principalmente na região Norte do Brasil, e é parceiro do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Entre os atendidos por suas ações estão crianças e adoles-

centes ameaçados de morte, mulheres vítimas de violência e testemunhas sob ameaça. O intuito é promover o abrigo dessas pessoas, garantir sua proteção e reinserção social, além de oferecer a elas assistência jurídica.

Os integrantes do Centro também participam de atividades externas, como militantes em conselhos e movimentos de mulheres, indígenas e trabalhadores rurais. Integram ainda os conselhos municipal e estadual da Criança e Adolescência.

te, Assistência Social, dos Direitos Humanos, da Cidade, do Meio Ambiente, da Mulher e da Habitação.

A professora aposentada Raimunda Bezerra da Silva, uma das fundadoras do coletivo, assumiu a militância pelos direitos humanos em 1979, quando participava das atividades da Teologia da Libertação realizadas pela Igreja Católica na época da ditadura. “Conhecemos os movimentos de moradores das comunidades eclesiais de base e questionávamos o sistema pelos crimes praticados na época. Muita gente fugiu daqui, pessoas desapareceram, então contestávamos a injustiça do Estado. As questões ambientais também foram muito importantes para nos mobilizar, e custaram várias vidas”, lembra.

Na época, as atividades de formação do centro eram realizadas dentro da igreja, até 1990, quando o coletivo se transformou em Organização Não-Governamental e

passou a receber apoio financeiro da cooperação internacional durante vários anos e pode, assim, ganhar uma sede.

O coletivo foi o primeiro grupo no Brasil a fazer uma pesquisa sobre a questão da violência contra a mulher, em 1992, que foi a base para o desenvolvimento de políticas públicas. Também ajudou a criar a Casa Rosa, que atende mulheres vítimas de violência. “As associações de moradores, os sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações populares sempre contaram e contam com nosso apoio quando começa o enfrentamento”, relata.

Outros focos de atuação do centro são o programa de proteção a vítimas e testemunhas e o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, que funcionam por meio de convênios com os governos estaduais e federal, dos quais Raimunda não costuma contar detalhes porque são muito fechados por razões de segurança. Os

voluntários realizam atendimentos e ajudam a encaminhar as pessoas para os locais indicados. “Não podemos descrever exatamente as ações que realizamos e apoiamos neste programa”, ela diz.

Os programas atuam com três técnicos cada um, sendo eles psicólogos, assistentes sociais e advogados, que são selecionados com a ajuda do coletivo a partir de uma entrevista na qual são avaliados princípios de defesa dos direitos humanos. “Não podemos correr o risco de trabalhar com pessoas que têm preconceito de cor, raça, gênero, orientação sexual ou que se recusem a ajudar adictos”, ela explica.

Ela conclui dizendo que o centro não é alheio aos retrocessos e à atual política de morte praticada pelo governo Bolsonaro. “Nós somos militantes de um movimento nacional que luta em defesa da democracia e da justiça social. Isso é muito importante para nós.” ■

Quando novos atores entram em cena*

PAOLLA MIGUEL, VEREADORA EM CAMPINAS (SP)



FOTO: DIOGO ZACARIAS

A política entrou cedo na vida de Paolla Miguel. Filha de dona Neli, professora e militante sindical, acompanhava a mãe em reuniões e assembleias. Na adolescência, deixou essas atividades um pouco de lado, até que vieram as mobilizações de 2013, o golpe em 2016, o assassinato de Marielle Franco e as eleições em 2018... Paolla voltou à militância. Em 2020, aos 30 anos, já engenheira de computação, elegeu-se vereadora numa das maiores cidades paulistas, e também uma das mais conservadoras, Campinas.

Em pleno Mês da Consciência Negra, em novembro de 2021 Paolla foi alvo de ataques racistas vindos das galerias da Câmara Municipal. Extremistas de direita a xingaram. O episódio ganhou o noticiário nacional e impulsionou mais ainda a determinação de Paolla em lutar por uma Campinas antirracista, prioridade de seu mandato. No final daquele mês, ela foi uma das vencedoras do Troféu Raça Negra 2021.

Acompanhe a entrevista:

Dos seus planos para o mandato, você acha que tem conseguido cumpri-los?

Eu confesso que a gente sempre tem uma expectativa de que vai chegar na Câmara e vai conseguir revolucionar, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo. Então, eu confesso que estou um pouquinho decepcionada aqui. Acho que os prazos, os trâmites... a burocracia é um pouquinho mais longa do



PAOLLA EM UMA DE SUAS PALESTRAS EM ESCOLAS/DIVULGAÇÃO

que eu esperava, do que a minha equipe esperava. Mas a gente tem conseguido sim, buscar o nosso espaço; sou presidente da Comissão de Direitos Humanos, a gente conseguiu fazer discussões muito legais dentro da casa, conseguimos protocolar a maioria dos projetos que a gente gostaria para esse ano. E aí aquele famoso vício de iniciativa (1), eu acho que é sempre um grande limitador pra nós, do primeiro mandato, ainda ganhando experiência em como protocolar um projeto. Acho que a gente tem conseguido algumas respostas importantes. Tudo, a gente não conseguiu fazer, mas eu

diria que uns 70% a gente conseguiu de fato caminhar dentro das expectativas que a gente tinha.

Entre esses planos e esses sonhos que você nutria quando chegou à Câmara, qual você considera a demanda mais urgente para o teu mandato e também para cidade de Campinas?

Olha a gente trabalha a pauta dentro dessas estruturas sociais, que muita gente chama de pautas identitárias, mas a gente chama de pautas estruturantes. Protocolamos muita coisa sobre enfrentamento à violência contra a mulher, bastante coisa também sobre a questão da segurança

alimentar. Uma grande pauta que a gente trouxe foi justamente as hortas na cidade de Campinas. Uma outra coisa que aconteceu depois do dia oito (2), a gente já vinha no combate ao racismo, mas isso se intensificou bastante. Hoje eu posso dizer que o foco de nosso mandato está todo em construir projetos, propostas e ideias para que a gente possa fazer enfrentamento do racismo aqui na cidade. Para construir uma cidade antirracista. Porque a gente precisa lembrar que isso atinge principalmente a periferia, que é nosso foco. Atinge principalmente as mulheres negras, as mais

vulneráveis, e principalmente, também, as crianças. Adolescentes e juventude, que é uma pauta que eu sempre gostei muito de trabalhar. Estamos nessa construção de uma cidade antirracista justamente porque, além do fato de a gente ter passado novembro, mas por tudo que aconteceu comigo também. Então, a gente estava tentando balancear as pautas, mulheres, juventude, mas agora ganhou esse protagonismo o combate ao racismo.

Por que você decidiu ser parlamentar?

Eu sou filha de professora, sindicalista, ela é mãe-solo, não tinha com quem me deixar, então eu estava sempre com ela nas reuniões, então a minha formação política

começou muito porque eu estava ali, ouvindo essas reuniões. Só que chega o momento que acompanhar a mãe fica chato, então começou a ficar chato pra mim. Mas chegou 2013, que teve um aumento de passagem aqui na cidade de Campinas, que foi depois do de São Paulo, e aconteceram aquelas marchas de junho. Nesse momento eu fui para rua com os meus amigos, e eu comecei a entender um pouco melhor o que era protestar, porque que a gente fazia manifestos, porque fazia atos. Me aproximei da Juventude do PT, foi ali que eu comecei a militar mais intensamente. Então chegou 2018, houve a execução da Marielle. E aquela coisa: enquanto for só uma mulher negra ocupando aquele espaço,

fica muito mais fácil acabar com as nossas vidas. Foi nesse momento que eu e o meu grupo, a gente conversou e decidiu por uma candidatura que fosse nossa, que dialogasse com o nosso povo. E foi muito exitoso, a gente conseguiu fazer 10.500 votos nessa primeira eleição. Então veio 2020, e decidimos que eu ia sair para vereadora. Um ano muito atípico, e a gente ganhou o mandato. Foi mais ou menos assim a minha decisão para ser parlamentar. Foi uma decisão conjunta. A gente conversou e entendeu que a gente precisava discutir a cidade de uma maneira diferente.

Fale um pouco sobre esse grupo do qual você faz parte e que acaba representando hoje como parlamentar.

Em 2013 eu estava me aproximando da Juventude do PT. Movimento secundarista, estávamos retomando as atividades aqui no município, secundaristas, universitários, muita juventude, muito com batucada, com música, havia também pessoas mais



GABINETE DE RUA/DIVULGAÇÃO

velhas que estavam ali próximas para ajudar a gente nessa construção. Foi um grupo composto majoritariamente por juventude, Movimento Passe Livre, Marcha da Maconha, todos os protestos. Em 2016, contra o impeachment da Dilma. Houve um crescimento dessa galera mais jovem que queria lutar. Não era um grupo muito grande, eram umas 20, 30 pessoas, que foi ganhando força. A cada ato surgia mais alguém para pintar um cartaz, ajudar na batucada, fazer uma bandeira. Muitos já saíram da cidade, foram fazer outras coisas. Eu já era filiada ao

PT, mas quem me chamou pra participar foi um amigo meu: “Vamos fazer, vamos acontecer”. Foi quando eu voltei para essa militância mais orgânica.

Em comparação com parlamentares mais experientes, que novidades você tem apresentado na sua forma de trabalho?

Olha, eu acho que é justamente a gente estar na rua toda semana, fazemos nosso gabinete na rua, a gente começou por conta da pandemia, pois no gabinete não podíamos receber as pessoas. A gente criou o nosso gabinete na rua, toda semana ia para uma região, a gente

coloca nossa barraquinha lá, conversa, faz justamente essa construção no local onde a pessoa mora. Acho que essa é a primeira grande diferença. Essa proximidade mesmo, sempre conversar, dialogar, com uma linguagem bem jovem, não tão “tik tok” assim como essa geração é, mas ainda com uma linguagem bem próxima dos secundaristas. Tenho feito muita palestra em escola, eles têm gostado bastante. Então, tentar sempre trazer uma linguagem menos formal, porque o ambiente da Câmara é extremamente formal. Temos ali muitas pessoas, advogados e outros, que já têm isso imbuído no seu ser, e eu acho que ainda estou no meio-termo, consigo trazer um pouco disso para o ambiente mais formal, mas consigo trazer uma linguagem um pouco mais descontraída fora dele.

Como é ser vereadora com origem na periferia de uma cidade como Campinas? Você acha que essa tua origem pode também ir arejando o fazer parlamentar?

Eu acredito que sim. Eu sou jovem, venho da peri-



FOTO: DIVULGAÇÃO

feria, estou numa periferia, acho que a linguagem é muito diferente, e as pessoas estão buscando mais isso, buscando essa proximidade com os representantes, com os parlamentares. Então a gente conseguiu observar que há uma renovação em cima do projeto da Câmara de Campinas, justamente de pessoas que vêm da periferia. Campinas foi a última cidade a libertar as pessoas escravizadas, e aqui há muitos resquícios disso, ainda. Outra característica da cidade é que é formada de ilhas cercadas por rodovias. As grandes rodovias que cercam a cidade são como ruas para nós, e separam a cidade entre a riqueza e a pobreza. Essas características fazem com que as diferenças sociais sejam amplificadas. A gente tem observado que essa proximidade, essa minha origem, e toda a forma com que venho construindo a trajetória em Campinas, têm sido vistas com bons olhos, especialmente por essas pessoas, que entendem que eu sou muito mais próxima do que pessoas

que estão concentradas ali na região central, que vêm de famílias tradicionais.

Fale de algum episódio recente que tenha te marcado positiva ou negativamente. Eu acho que você vai falar do episódio recente na Câmara, em que você foi atacada, mas fique à vontade para falar sobre o que você quiser.

Eu vou falar primeiro o lado positivo. Eu tenho feito bastante palestra em escola, principalmente para os mais novos, pessoalzinho de nove, dez anos, e é muito interessante como as crianças enxergam onde há racismo, que eles chamam muito de bullying. Eu me surpreendi positivamente, depois que tudo aconteceu, justamente por observar que existe um grupo de crianças que já tem esse entendimento, sobre o que é o racismo, o que não pode fazer, o que não pode acontecer, o que é errado. Conforme vai ficando mais velha, você consegue enxergar outras marcas nesse racismo. Quando a gente passa por isso por muito tempo, a gente começa a naturali-

zar essa desumanização. Quando aconteceu aquilo comigo na Câmara – não quero falar sobre o episódio em si, isso ainda me machuca bastante –, quando eu desci da tribuna, veio aquele sentimento de impotência: “Por que eu subi? Por que eu falei, por que eu fiz discurso hoje?” Na tribuna não tinha como eu gritar de volta, como me defender, acho que defender não é a palavra, não tinha como atacar de volta. Subir na tribuna até hoje me dá uma sensação de insegurança. Então o dia oito de novembro, não tenho dúvidas, é um dia que marcou negativamente dentro da casa, mas também houve o dia 10, que foi muito positivo, a grande maioria dos vereadores prestou solidariedade, esquerda, direita, extrema-direita, prestaram solidariedade justamente por entender que isso não pode acontecer. A gente pode divergir, mas é preciso o respeito. E quando digo respeito, não é ficar em silêncio enquanto eu falo, não é sobre isso o respeito, mas sobre você não ser ataca-



FOTO: DIVULGAÇÃO

do pela cor de sua pele, ou pelo seu gênero, ou por qualquer outra coisa, orientação sexual.

O que você diria para os jovens que pensam em entrar na política?

Para o jovem que quer se candidatar: não é um caminho fácil, simples, mas a gente tem que botar a cara no sol. A gente tem que entender que nossa sociedade ainda que tem

muita dificuldade de enfrentar nós negros como sendo pessoas que têm as mesmas capacidades, os mesmos direitos, as mesmas possibilidades que a população não-negra. Então quando a gente começa a discutir a política através de uma outra ótica, muitos olham como se a gente estivesse ali para roubar o espaço. Mas eu quero dizer que esse espaço é nosso. A maior parte da população negra, a maior parte da população periférica, a maior parte da população hoje em dia está passando fome, e a gente precisa pensar a política é desse nosso local de fala. Então se você, jovem, está a fim de ser parlamentar, de participar da política, de construir, vamos fazer isso juntos, se coloca à disposição, se candidata, participe de alguma agremiação política. Não ache que elas são diferentes do que é a sociedade. Essas agremiações são uma reprodução do que é a sociedade, mas justamente por isso que nós temos que participar, e estar ali o tempo todo garantindo que os próximos que virão tenham possibilidades

diferentes daquelas que a gente teve. Há uma frase do movimento negro que diz: “Nossos passos vêm de longe”. Então todos os negros que passaram por aqui abriram muitas portas, muitos caminhos para que hoje eu estivesse aqui. E eu não tenho dúvida de que se você for parlamentar você vai abrir a porta para muitos outros jovens que ainda vão passar por aqui.

(1) Vício de iniciativa ocorre quando o legislador apresenta projeto que caberia a outro poder, em geral, ao Executivo

(2) Em 8 de novembro de 2020, a vereadora foi atacada com frases racistas por um grupo de pessoas que foi à Câmara de Campinas para protestar contra a obrigatoriedade de vacinação contra a Covid-19. ■

Chamada Pública Reconexão Periferias

Em 2020 realizamos um edital de Chamada Pública para organizações e coletivos que fazem parte da rede Reconexão Periferias, e 28 entidades foram contempladas. As atividades fruto da Chamada Pública Reconexão Periferias, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert-Stiftung, acontecerão até o final de 2021. Veja alguns materiais de divulgação de atividades realizadas e das que estão por vir.

Oficina Gratuita de Inclusão Digital Na CEASA - RJ

É sexta!!

03/12
10h às 13h

Apoio: RECI CLAN TES, ON-BYTE, UNACOOP

CASA ANOÏÇA APRESENTA:

Diálogos Poéticos

"Trocando Utopias"

Elizete Braga Poeta

Poeta Maria Azevê, Diretora e Educadora Peripatética

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

30 DE NOVEMBRO 2021
ÀS 20h (R\$)

Instagram da CASA ANOÏÇA

CASA ANOÏÇA APRESENTA:

Diálogos Poéticos

"Trocando Utopias"

Elizete Braga Poeta

Poeta Maria Azevê, Diretora e Educadora Peripatética

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

30 DE NOVEMBRO 2021
ÀS 20h (R\$)

Instagram da CASA ANOÏÇA

COLETIVO COISA DE PRETO APRESENTA

0800 EXPERIMENTOS DE CINEMA NEGRO

Exibição do experimento dirigido por Thiago Nascimento.

Segunda 29/11
Às 18h00

ASSISTA NO YOUTUBE. COLETIVO COISA DE PRETO

COLETIVO COISA DE PRETO APRESENTA

0800 EXPERIMENTOS DE CINEMA NEGRO

Exibição do experimento "Vida Carolina" dirigido por Cida dos Reis.

Terça 30/11
Às 18h00

ASSISTA NO YOUTUBE. COLETIVO COISA DE PRETO

PERIFÉRIAS E PERSPECTIVAS

RELIGIOSIDADES AFRO-AMERÍNDIAS

COLETIVO PORTABELANCA

Locamento do curta-metragem

RELIGIOSIDADES AFRO-AMERÍNDIAS

COLETIVO PORTABELANCA

FORMATANDO IDEIAS

REC-TEA

FUNDACÃO Perseu Abramo

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

FORMATANDO IDEIAS

REC-TEA

FUNDACÃO Perseu Abramo

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

Entre a política, a militância e a arte: as periferias ocupando os espaços

Desde o início de 2020 o Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados à periferia e à pandemia e para dialogar com organizações, coletivos e movimentos sociais de todo o país.

Durante o mês de novembro, realizamos

programas com temáticas relacionadas à última edição da Revista Reconexão Periferias, cujo tema central foi “Pelo direito da população negra a viver com dignidade”, e à nossa Chamada Pública. Conversamos com um parlamentar e um grupo de rap indígena sobre suas trajetórias e a impor-

tância de pessoas negras, indígenas e periféricas na política e na arte.

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da Fundação Perseu Abramo](#) e na [página do Facebook](#)

Confira as lives do mês de abril e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

Dia 16/11/2021: Quando novos atores entram em cena - com Renato Freitas

Dia 30/11/2021: Juventude indígena: entre a arte e a militância com Brô Mc's - com Bruno Vn, Clemerson Batista, Kelvin Mbaretê e Charles Peixoto (Brô Mc's)



Edcleide da Rocha Silva

É camponesa, educadora e comunicadora popular, militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Graduada em Filosofia, com especialização e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. É do Assentamento Padre Emílio April, no município de União dos Palmares, Alagoas.



FOTO: MARCOS CORBARI

É Tempo

Somos o caminhar,
A angústia e o silêncio.
Nos encontramos nas buscas,
No grito perdido, agora achado.
No abrir dos olhos, na quebra das correntes,
Na força da parceria de uma na outra
E também no outro.

Porque é tempo de nos encontrar,
Tempo de nos fazer ouvidas e vistas.
É tempo de nos cuidar.
Cuidar de nossos passos ao caminhar,
Cuidar de nossa ancestralidade
que é presente, passado e futuro.
É tempo!

É tempo - e o tempo não para,
Também não podemos parar.
Pois somos a índia, a negra e a mística,
Somos mulheres.
Nascidas de uma história que nos
apaga,
Que nos faz pagar o preço
De uma brutal miscigenação.

É tempo!
Tempo de sermos sementes de revolução
Contra todo tipo de opressão,
Contra as violências.
E, se tem racismo, machismo, LGBT-
QIfofia e mais:
- Não é libertação!
Então - é tempo.

Redes sociais

Instagram - @rochaedcleide
Facebook - facebook.com/edcleide.rocha.5

Jander Manauara

Amazonense e natural de Manaus, rapper, DJ, produtor e articulador cultural, há 20 anos atuante no cenário hip hop amazonense e idealizador do Coletivo de Hip Hop – Origenas. Tem três álbuns lançados, contemplado com prêmio Funarte de Hip Hop 2014 e no edital de circulação pela Amazônia Legal SESC – Amazônia das Artes 2018. Começou a se envolver com música nos anos 90 a partir das rodas de break e eventos de rap. Recentemente, lançou o DVD chamado “Do Rip Rap ao Flutuante”, em que trabalhou os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável promovido pela ONU.



FOTOGRAFIA: ROBERT COELHO - @ROBERT_COELHOO

Redes sociais:

<https://linktr.ee/jandermanauara>

Amazônia Madeireira

Esmaga a folha de coca, desce a pororoca,
Coloca no pilão semente de urucum e soca.
O que sobra a gente espalha no Lugar da Barra
Manauara de moicano? Quem é aquele cara?
Agarra com garra a onça pintada no meio
da mata

Taca na cuia tacacá que a goma vira papa
Olha paca, pega o arco, tabaco pro curupira.
Dá um cachimbo pro saci que o pé dele vira
Catirina espia só, ainda tá vivo o bodó.
Uma caldeirada e suor pra esquentar o gogó
Não tomo só esse baré, guaraná de maués.
Levanta a mão reverencia é policia ou pajé?
Sarapatel é 10 no casco da tartaruga,
Não aponta pra lua que vai nascer verruga
Me arruma essa canoa, eu vou descer o rio
Meu curumim levou uma queda
apanhando abil.

Ritual da tucandeira, boi de pano é
brincadeira,
Cabra grande rasteira, Amazônia madeireira.

Aqui no polo industrial, produto natural.
Acorda cedo, bate ponto e ainda
recebe mal.

Não leve a mal não, escute esse negócio.

É que a pernada de Orellana derrubou
seu sócio

É lógico que mandioca torrada é farinha
Pesca a sardinha com a vara de bambu e
linha

Então caminha com a bacia que o rio tá seco
No cabelo da incambiaba cerebello e adereço
Não deixo esse lugar nem com tropa de
resgaste

Muiraquitá é o talismã que defende
minha parte

Dê de graça a faculdade e forma o
índio escravo

Mas se passa no concurso tú acha que
tá salvo

Esculacho pras Amazonas, guerreiras
valentes.

Fizeram história sem diploma de inteligente

Muita gente entalada com a espinha
na garganta

Aqui o boto é de concreto e ninguém
mais encanta.

AGENDA DE DEZEMBRO DE 2021

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:



Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Espetáculo: Lembranças do Quase Agora - Com Grupo Rosas Periféricas

Data: 02/12/2021 a 17 /12/2021 às quintas, sextas e sábados às 15h
Onde: Acompanhe ao vivo em <https://www.facebook.com/rosas.perifericas> e https://www.youtube.com/channel/UC6_M2YIWkAlwGwWTAV6hsmg
Grátis. Duração: 45 min. Classificação: Livre. Gênero: Teatro de rua.

Slam Nacional Interescolar 2021

Data: 12/12/2021 às 15h
Onde: Transmissão ao vivo em <https://www.youtube.com/c/SlamdaGuilhermina>

Espetáculo: Narrativas Submersas - Com Grupo Rosas Periféricas

Data: 02/12/2021 a 17 /12/2021 às quintas, sextas e sábados às 20h
Onde: Acompanhe ao vivo em <https://www.facebook.com/rosas.perifericas> e https://www.youtube.com/channel/UC6_M2YIWkAlwGwWTAV6hsmg
Grátis. Duração: 50 min. Classificação: Livre. Gênero: Teatro de rua.

3ª Feira Literamina - Sarauê - Cultura e Arte na Periferia

Data: 10/12/2021 às 19h
Onde: [Youtube](https://www.youtube.com/)

Slam do Meio

Data: 12/12/2021 às 18h
Onde: Praça Castro Mendes - Campinas, SP.

Sarau Revive

Data: 12/12/2021 às 15h
Onde: Beco Cultural - Ferraz de Vasconcelos, SP

Sarau D'Vejeta PerifaCentro

Data: 12/12/2021 às 16h
Onde: Centro de São Paulo, mais informações [aqui](#)

Espetáculo Fuzuê

parte da programação da XV Feira do Livro do Município de Arroio Grande
Data: 11/12/2021 às 20h30
Onde: Praça Zeca Maciel - Arroio Grande, RS

Bate-papo discute a relação entre o slam e o movimento modernista

parte da programação da XV Feira do Data: 15/12/2021 entre 16h e 17h30
Onde: Biblioteca Parque Villa-Lobos- Av. Queiroz Filho, 1205 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP
Inscrições pelo [link](#)

Slam Respiro - Batalha de Poesia Falada - Para mulheres e pessoas LGBTQIA+

Data: 11/12/2021 entre 18h30 e 23h30
Onde: Casa Ubuntu Masai - R. do Passo, 19 - Santo Antônio Além do Carmo - Salvador, BA
Ingressos por R\$ 10,00 [aqui](#)

Slam Guilhermina

Data: 28/01/2021 às 20h
Local: Praça anexa à Estação Guilhermina Esperança - São Paulo, SP

Graduação de Jiu-Jitsu do Projeto Social Vivendo à Arte

Data: 18/12/2021 às 9h
Local: Parque Natural do Morro da Cruz - Florianópolis

Projeto Crochetando Empoderando

com aulas de Muay Thai e defesa pessoal, brincadeiras infantis, conversas sobre crochê, saúde feminina e muito mais. Data: todos os domingos, das 15h às 18h. Local: Bairro Novo, no espaço do Serrana Esporte Clube - Serra Grande (BA)

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação www.mulheresnacomunicacao.com/
Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

0800 Experimentos de Cinema Negro.

Mostra de experimentos e reflexões sobre o cinema negro, um espaço onde o Coletivo Coisa de Preto vem construindo e reafirmando a sua linguagem e identidade de cinema negro. Episódios disponíveis [aqui](#)

Episódios da série de vídeos do projeto Formatando Ideias, da Aec-Tea Associação

essa ação foi contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, em parceria da Friedrich-Ebert. Disponível [aqui](#)

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Captação de Recursos: dicas com especialistas	Essa série de entrevistas com um seleto grupo de captadores de recursos para Organizações da Sociedade Civil visa apresentar o dia a dia e os desafios da captação de recursos no Brasil. Após a conclusão de todas as atividades das aulas e nota mínima de 75% nas avaliações do curso é possível emitir o certificado de participação.	Inscrições contínuas	https://ead.escolaaberta3setor.org.br/courses/captacao-de-recursos-dicas-com-especialistas
Como elaborar projetos culturais	A elaboração de projetos é parte essencial para a viabilização de qualquer ação cultural. Seja como forma de se planejar e organizar ou como instrumento para a certificação em leis de incentivo, obtenção de parceiros e para a captação de recursos. Após a conclusão de todas as atividades das aulas e nota mínima de 75% nas avaliações do curso é possível emitir o certificado de participação.	Inscrições contínuas	https://ead.escolaaberta3setor.org.br/courses/como-elaborar-projetos-culturais
Elaboração de projetos	Neste curso Ricardo Falcão apresenta de maneira didática e objetiva as etapas para a elaboração de um projeto, envolvendo o seu gerenciamento e a captação de recursos, auxiliando o aluno na visualização das diversas fases de um projeto, desde a concepção da ideia até a avaliação final. Após a conclusão de todas as etapas e do mínimo de 75% de acerto nas avaliações é possível emitir o certificado de participação do curso.	Inscrições contínuas	https://ead.escolaaberta3setor.org.br/courses/elaboracao-de-projetos

<p>Interesse em patrocínio de projetos culturais - Edital 011/FCCR/2021</p>	<p>Este edital tem como objetivo disponibilizar de forma pública e transparente para interessados em apoiar ou patrocinar as ações desenvolvidas pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR). A inscrição, que se configura como uma declaração de interesse, pode ser apresentada por qualquer pessoa física ou jurídica interessada em associar-se aos projetos culturais, mediante proposta de aporte com recursos financeiros, bens ou serviços, para realização dos projetos culturais da FCCR.</p>	<p>Até 30 dezembro de 2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/10242-interesse-em-patrocínio-de-projetos-culturais-edital-011fccr2021</p>
<p>Edital de Projetos Gratuitos de Consultoria para ONGs 2022</p>	<p>Buscamos organizações sem fins lucrativos e que tenham sede ou atuem na Região Metropolitana de São Paulo para o desenvolvimento de um projeto anual de consultoria gratuito em 2022. A Poli Social é uma associação formada por universitários da Escola Politécnica da USP. Desde 2014, já prestamos serviços de consultoria de gestão para 25 ONGs e, atualmente, selecionamos as organizações que receberão esse serviço por meio de um edital lançado anualmente.</p>	<p>Até 14 de janeiro de 2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/10241-edital-de-projetos-gratuitos-de-consultoria-para-ongs-2022#!#tab_vermais_descricao</p>

OPORTUNIDADES

<p>Programa de Aceleração de ONGs</p>	<p>A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre cinco e sete meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://ispn.org.br/ispn-lanca-editais-de-microprojetos-e-de-bolsas-para-estudantes-indigenas-universitarios/</p>
<p>EDITAL- Programa de Apoio a Projetos Sociais-PAPS 2022</p>	<p>O Programa de Apoio a Projetos Sociais visa ao fortalecimento da rede socioassistencial, de organizações assistenciais e suas causas, por meio do apoio às ações e iniciativas das organizações não-governamentais com potencial de transformação, promoção e desenvolvimento das parcelas da população em situação de vulnerabilidade e risco social.</p>	<p>Até 15 de dezembro de 2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/10182-edital-programa-de-apoio-a-projetos-sociais-paps-2022</p>
<p>Prêmio Educação para Gentileza e Generosidade 2021 Escolas</p>	<p>Reconhecer e premiar iniciativas generosas e solidárias envolvendo as escolas de todo o país, gerando integração entre professores, alunos e suas famílias e a comunidade onde as escolas estão inseridas.</p>	<p>Até 10 de dezembro de 2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9748-premio-educacao-para-gentileza-e-generosidade-2021-escolas</p>

<p>Conectando Boas Práticas 2021</p>	<p>O prêmio tem como proposta conectar, fomentar e disseminar projetos educacionais, para que essas boas práticas alcancem mais pessoas e causem ainda mais impacto na educação do país. Os vencedores, além de se conectar com a Rede Conectando Saberes, apoiarão milhões de educadores que podem se beneficiar das práticas e replicá-las. Também é uma oportunidade de motivar e inspirar mais profissionais a desenvolverem seus projetos.</p>	<p>Até 10 de dezembro de 2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/10127-conectando-boas-praticas-2021</p>
<p>Fundação John Deere - Banco de Projetos</p>	<p>O edital da Fundação John Deere busca apoiar projetos sociais com investimento privado e incentivado que estejam alinhadas à Política de Doações e Patrocínios da John Deere, que possui três pilares de atuação: combate à fome, desenvolvimento comunitário e educação. Para projetos aprovados via incentivo fiscal atuamos com as legislações nos âmbitos federal, estadual e municipal.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9250-fundacao-john-deere-banco-de-projetos</p>

Baixe os livros do Reconexão Periferias em

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/

